

## **Conjuntos Urbanos Históricos e Paisagísticos de Parnaíba, Oeiras e Piracuruca: reflexões a partir de uma escrita do patrimônio no Piauí**

 Daniel Barreto Lopes\*

**Resumo:** Este trabalho tem como objetivo propor reflexões acerca de uma escrita patrimonial que subsidiou processos de patrimonialização dos Conjuntos Urbanos Históricos e Paisagísticos de Parnaíba, Oeiras e Piracuruca o estado do Piauí entre 2006 a 2013. Tais cidades fazem parte da constituição de uma rede de patrimônio cultural no Piauí por meio de uma atribuição de valor cultural da interiorização e urbanização do território, circunscrito ao processo de conquista e colonização dos sertões do Nordeste pela implantação das fazendas de gado a partir do século XVII. Pretendo aqui discutir, sobretudo, as referências históricas como escrita do patrimônio inerente às cidades-patrimônio do Piauí, identificando como os usos do passado vieram a ser tratados sob a forma de patrimônio pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN.

**Palavras-Chave:** Urbanização, Patrimônio, História.

## **Complejos Urbanos Históricos y Paisajísticos de Parnaíba, Oeiras y Piracuruca: reflexiones de una escritura de patrimonio en Piauí**

**Resumen:** Este trabajo tiene como objetivo proponer reflexiones sobre una escritura patrimonial que subsidió los procesos de patrimonialización de los conjuntos urbanos históricos y paisajísticos de Parnaíba, Oeiras y Piracuruca, estado de Piauí entre 2006 y 2013. Dichas ciudades forman parte de la constitución de una red de patrimonio cultural. en Piauí a través de una atribución de valor cultural a la interiorización y urbanización del territorio, limitado al proceso de conquista y colonización del interior del noreste a través de la implantación de granjas ganaderas del siglo XVII. Pretendo aquí discutir, sobre todo, los usos del pasado como escritura del patrimonio inherente a las ciudades patrimoniales de Piauí, identificando cómo los usos del pasado fueron tratados en forma de patrimonio por el Instituto Nacional de Patrimonio Histórico y Artístico - IPHAN.

**Palabras clave:** Urbanización, Patrimonio, Historia.

---

\* Graduado em História pela Universidade Federal do Ceará. Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural-PEP/MP/IPHAN. Membro do Grupo de Estudo e Pesquisa em Patrimônio e Memória-GEPPM/UFC. E-mail: [danielblopes18@gmail.com](mailto:danielblopes18@gmail.com)



## **Patrimônio e Escrita**

As narrativas construídas em torno dos processos de patrimonialização são fortemente marcadas pela emergência epistemológica iluminista conferente ao “progresso das artes e das ciências do Homem”, oriundo da instrumentalização dos vestígios do passado pelos Estados Nacionais. Esse passado é utilizado como matéria-prima dos discursos em prol de uma memória nacional, sendo estetizado, nacionalizado e visibilizado em espaços públicos e privados.

É significativa a discussão acerca das políticas de patrimônio, em constante expansão e inseridas em determinadas ordens de mediações acerca do futuro do passado na contemporaneidade. O conceito de patrimônio como herança do passado, atravessado pela experiência contemporânea do presente, se estende tanto em direção ao futuro quanto ao passado:

Em direção ao futuro: pelos dispositivos da precaução e da responsabilidade, pela consideração do irreparável e do irreversível, pelo apelo à noção de patrimônio e a de dívida, que reúne e dá sentido ao conjunto. Em direção ao passado: pela mobilização de dispositivos análogos (Hartog, 2003: 258).

A ação no presente que o patrimônio carrega pode ser visto como tentativas cada vez mais pungentes de superar os transtornos e medos causados pela intensa sensação de “aceleração” e perda de identidade num mundo cada vez mais globalizado.

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN foi formalmente criado em 1937, quando da reorganização do Ministério da Educação e Saúde Pública no contexto do Governo de Getúlio Vargas, poucos meses antes do início do Estado Novo. Ainda em 1937 foi publicado o Decreto Lei nº 25, de 30 de novembro, que instituiu o instrumento jurídico do “tombamento”, organizado a partir da instituição de quatro “Livros do Tombo”. Os bens considerados de interesse para o país deveriam ser inscritos nos Livros do Tombo, ficando então “tombados” bens culturais selecionados como patrimônio nacional e devendo ser preservados em nome de um interesse coletivo.

O tombamento foi estruturado sob a lógica da seleção e atribuição de valor aos bens culturais, o que permite manter-se atual até os dias de hoje, mesmo com a ampliação dos conceitos e a incorporação de novas categorias ao rol do patrimônio protegido.

A partir de uma rede de colaboradores nacionais e internacionais, ainda em 1936 haviam sido iniciados os trabalhos de pesquisa e documentação dos bens considerados de interesse nacional.

Centrado em operações de preservação preocupadas no resgate de documentos históricos representativos de manifestações culturais que remetem às origens da nação (período colonial brasileiro), o IPHAN inscreveu nos Livros do Tombo um expressivo número de bens culturais como conjuntos urbanísticos e arquitetônicos, igrejas católicas, casas de câmara e cadeia, sobrados, casario de antigas fazendas de engenho e de café, antigas fortificações, obras de arte com destaque para peças sacras, entre outros bens culturais.

A busca de uma identidade nacional no período colonial expõe alguns princípios historiográficos que nortearam e continuam norteando trabalhos de classificação e preservação do patrimônio cultural, lançados à tarefa de resgate do passado.

A maneira como se lê e interpreta os valores culturais do patrimônio pautados na prática autorizada do IPHAN nem sempre encontram correspondência social. Como exemplo, a crítica contundente da arquiteta e urbanista Lia Motta:

As primeiras ações do Patrimônio nos centros tombados tratavam a cidade como expressão estética, entendida segundo critérios estilísticos, de valores que não levavam em consideração sua característica documental, sua trajetória e seus diversos componentes como expressão cultural e parte de um todo socialmente construído. Esta abordagem resultou numa prática de conservação orientada para a manutenção dos conjuntos tombados como objetos idealizados (Motta, 1987: 108).

Ao apontar a preservação e conservação do patrimônio urbano de Ouro Preto centrada essencialmente no valor arquitetônico consagrada no cânone belo-artístico, a crítica acima reverbera-se nas intervenções pontuais baseados em valores “reificados” que não levavam em consideração uma abordagem histórica que dialogasse com a diversidade de valores existentes na cidade.

Mesmo que cidades patrimonializadas fossem vistas e conservadas como “obras de arte”, não deixavam de expressar valor de “documento histórico”, considerados testemunhos da formação do povo brasileiro e de sua evolução sociocultural

É conhecido que nos primeiros tombamentos a visão que se tinha era da cidade como “monumento artístico”, e que, por esse motivo, eram justificados alguns critérios de preservação, como mostra abaixo a arquiteta Márcia Sant’Anna:

Faziam jus a essa inscrição as áreas que apresentassem as seguintes características: homogeneidade do conjunto, com predominância da arquitetura típica dos séculos XVII e principalmente, XVIII; integridade do conjunto, isto é, poucas alterações nos elementos arquitetônicos das edificações ou no sistema construtivo; e traçado urbanístico mais ou menos espontâneo, caracterizando o modo de urbanização predominante na América portuguesa durante o período colonial (Sant’Anna, 2014: 177).

Apesar do Iphan concentrar sua ação nos valores arquitetônicos mais relevante esteticamente, a seleção de Conjuntos Urbanos ao longo do tempo perpassa diversas narrativas, trazendo-nos modos de ler as cidades pela miríade de valores que os constituem, tornando leituras de conjuntos urbanos para além da concepção estética.

Quanto aos valores atribuídos, houve uma ampliação de valores, notadamente aos conjuntos urbanos relacionado ao valor de testemunhos históricos da ocupação do território, da evolução das cidades e de sua paisagem.

Da releitura de conjuntos urbanos como documentos históricos, abriu-se caminho para novos caminhos do patrimônio, tornando possível pensar a

cidade de uma maneira integrada ao tecido urbano passível de transformações.

Nesse contexto, é delimitado a conjuntos urbanos um lugar no mapa do patrimônio nacional configurado pelo IPHAN. Foram construídas ações de preservação no território piauiense identificadas numa perspectiva de rede de conjuntos urbanos e seus respectivos bens culturais (sítios arqueológicos, bens arquitetônicos, museus, arquivos e o patrimônio imaterial registrado).

### **Conjuntos Urbanos como Patrimônio**

O Iphan começou a atuar no território piauiense por meio do trabalho pioneiro do arquiteto Paulo Thedim Barreto, que identificou no território do sertão piauiense elementos e referências culturais acerca dos saberes sertanejos na construção das casas rurais piauienses. No artigo publicado na Revista do Patrimônio nº 2 de 1938, intitulado "O Piauí e sua Arquitetura", Barreto resalta os troncos de carnaúba na construção de casas afeitas ao clima semiárido do sertão piauiense.



Casa de Fazenda Canela, Oeiras-PI. Foto de Murilo Cunha, 2012.

A referência cultural dos usos da Carnaúba presente nas práticas de construção habitacional nas casas populares sertanejas é um dos significativos elementos culturais identificados, que resultou em pesquisas sobre o desenvolvimento material e a formação urbana nos sertões piauienses.

Foram tombados três conjuntos urbanos no Piauí (Parnaíba, Oeiras e Piracuruca) ligados ao processo de ocupação do território a partir dos “caminhos do gado” no sertão piauiense. Esses bens foram reconhecidos como testemunhos da ocupação do interior do Brasil durante o período colonial, a partir de uma proposta de se trabalhar com conjuntos urbanos “em Redes”, compreendê-los de forma relacionada com o espaço onde estão inseridos e com outros bens que complementam seu significado e ampliem seu valor.

Operacionalizando uma narrativa historiográfica pautada por macroprocessos econômicos, pela contextualização histórica de conjuntos urbanos testemunhas da ocupação do interior do Brasil durante o século XVIII, o IPHAN identificou de sítios paleontológicos, sítios arqueológicos, caminhos históricos, fazendas de gado, arquiteturas vernaculares, cidades históricas, comunidades quilombolas e antigas ocupações indígenas de relevância cultural.

A identificação de bens culturais no território piauiense foi possibilitada pela instrumentalização de uma escrita da história somada ao amplo recorte temático da expansão da atividade agropecuária nos sertões do Nordeste, privilegiando uma narrativa contínua e evolutiva que reúne traços culturais regionais sob um projeto de construção de um patrimônio nacional.

A proposta de criação de uma “rede” de cidades do Piauí testemunhas da ocupação do interior do Brasil durante o Século XVIII trata de uma representação historiográfica de um capítulo que se insere no mapa histórico e geográfico do patrimônio nacional.

Analisando imagens fotográficas do acervo do IPHAN<sup>1</sup> referentes às cidades piauienses estudadas aqui, o valor histórico é pautado no processo evolutivo das cidades, sobretudo como documento para a história urbana do país pelo papel desempenhado em função de sua localização no processo de expansão das fronteiras urbanas.



Porto das Barcas, Parnaíba-PI. Foto de Margareth Leite, 2006.

---

<sup>1</sup> As imagens encontram-se disponíveis em: <http://portal.iphan.gov.br/>



Casa Eclética, Parnaíba-PI. Foto de Margareth Leite, 2006.



Cineteatro, Oeiras-PI. Foto de José Paulo Lacerda, 2012.



Igreja Matriz de Nossa Senhora das Vitórias, Oeiras-PI. Foto de Cristiano Mascaro, 2012.



Piracuruca-PI. Foto: Acervo Iphan.



Casario urbano, Piracuruca-PI. Foto de Margareth Leite, 2012.



Estação Ferroviária, Parnaíba-PI. Foto de Margareth Leite, 2006.

Analisando as imagens destacadas acima, podemos visualizar que as cidades fazem parte de um mosaico cultural, sendo que as cidades se conectam culturalmente pelo patrimônio urbano edificado. Seus espaços de tombamento são definidos de acordo com as características arquitetônicas e urbanísticas, tendo como padrão a praça central, ou a chamada praça da catedral matriz.

A natureza portuária de Parnaíba com saída costeira do município lhe propiciou a adoção de modelos arquitetônicos do litoral, acolheu a arquitetura ferroviária do início do século XX e uma linguagem ornamental de inspiração eclética: inglesa de chalés, bangalôs e casas de porão. A estrutura urbana identificada em Oeiras é caracterizada pela sucessão de quadras criadas a partir do núcleo original, a Praça Nossa Sra. das Vitórias, e por ruas estreitas. Oeiras ainda guardou um patrimônio histórico com seus casarões coloniais monumentos dos séculos XVIII e XIX. A área de tombamento de Piracuruca compreende o centro da cidade, onde se destacam remanescentes urbanos e

arquitetônicos desde o início da ocupação de seu território até por volta da década de 1960.<sup>2</sup>

As ruas das cidades são também lugares de manifestações e celebrações culturais que permanecem vivas no seio da comunidade de Oeiras, como a Procissão dos Passos, a Procissão do Fogaréu, o Congo de Oeiras.

### **Parnaíba, Oeiras e Piracuruca**

O processo de patrimonialização de conjuntos urbanos concernentes às cidades de Parnaíba, Oeiras e Piracuruca (iniciados entre 2006 a 2012 e realizados em conjunto por técnicos da 19ª Superintendência Regional/IPHAN-PI e do Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização-DEPAM) destaca a temática histórica da urbanização do interior do Brasil a partir do processo de conquista e colonização dos sertões do Nordeste pelas implantações das fazendas de criação de gado.

A questão a se pensar no tombamento de conjuntos urbanos no Piauí por macroprocessos históricos e econômicos nos mostra aqui uma direção institucional em estabelecer uma narrativa sistêmica e coesa:

[...] a metodologia de uma visão sistêmica, do olhar para o todo, na ótica de uma perspectiva integrada de um território que até hoje guarda os testemunhos de uma rica história, plena de episódios importantes da formação do Brasil colonial e imperial, cuja gênese não se desvincula dos capítulos congêneres e coevos da Bahia, de Pernambuco, do Ceará e do Maranhão, só para citar quatro exemplos de estados e regiões vizinhas do Piauí que já foram estudados e contemplados com atos de tombamento federal (Andrès, 2017: 231).

Pela análise acima referente ao Conjunto Histórico e Paisagístico de Parnaíba<sup>3</sup>, aponta-se alguns elementos importantes que identificam uma rede

---

<sup>2</sup> Informações coletadas diretamente do portal do IPHAN, disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/>

<sup>3</sup> Processo nº 1554-T-2008, referente ao Conjunto Histórico e Paisagístico de Parnaíba, instruído entre novembro de 2006 e abril de 2008, foi o primeiro de uma série de estudos que visa integrar a criação do sistema de "Cidades do Piauí Testemunhas da Ocupação do Interior do Brasil durante o Século XVIII", trabalho que embasou a Rede de Patrimônio Cultural do Piauí. O principal documento que embasou as propostas de tombamentos de Parnaíba, Oeiras e Piracuruca foi o Dossiê de Tombamento, elaborado entre os meses de outubro de 2006 e

de urbanização que ligam o Piauí aos demais estados. Parnaíba está como diretamente ligada ao Rio que lhe empresta o nome, por onde foram chegando os primeiros sesmeiros criadores de gado vindos dos sertões, instalando currais e fazendas.

Nessa área geográfica encontram-se as cidades constituintes do atual território piauiense, apontando assim toda uma organização sociocultural, associada à cultura material e imaterial de ressonância camponesa lusitana.

Os valores culturais identificados em Parnaíba, consubstanciado pela dimensão historiográfica de seu processo de escrita patrimonial, tem como objetivo servir de modelo para identificação de outras cidades que dialoguem com a mesma argumentação histórica utilizada. O tombamento de Oeiras (processo nº 1602-T-18. Conjunto Histórico e Paisagístico de Oeiras) segue esse parâmetro.

Tido como centro estratégico de controle territorial, a antiga vila da Mocha passa à condição de cidade sob o nome de Oeiras em 1759. Sendo então a capital administrativa da capitania do Piauí, Oeiras é visto como um importante centro articulador de uma ampla rede de caminhos antigos e povoações em ribeiras.

Assim, Oeiras é representado como conjunto urbano fortemente alinhado com o patrimônio nacional tendo em vista sua função histórica de núcleo urbanizador do território dos sertões.

O processo de mudança de capital no Piauí, de Oeiras para Teresina, em 1852, é tido como um dos marcos representativos das transformações urbanísticas ocorridas no Brasil. Esse é um dos pontos importantes do processo de tombamento, na qual Oeiras se integra ao entendimento de rede de cidades ligados ao ideário de cidade planejada:

Oeiras em 1762, Teresina em 1852, Brasília em 1960: edificadas sob regimes políticos, preceitos e escalas díspares, mas que guardam em comum o esforço de ocupação do

---

março de 2008 por técnicos da 19ª Superintendência Regional/IPHAM-PI e técnicos do Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização-DEPAM, e que reconheceu como de interesse para a preservação as cidades de Teresina, Amarante, Campo Maior, Pedro II, Piracuruca, Oeiras e Parnaíba, as três últimas destacadas no presente trabalho.

interior do país e de espelhar, como capitais, o projeto político-ideológico vigente, cada uma, ao seu tempo, modernas e promessas de desenvolvimento, utopias que o tempo se encarregou de desconstruir (Iphan, 2009: 21)

De antigo centro urbano, Oeiras se insere na linha histórica evolutiva das cidades brasileiras oriundas de um projeto colonial de interiorização, que se liga aos projetos de interiorização da capital da então agora República, que culmina com a construção de Brasília no centro-oeste brasileiro, que passou a ser a capital federal em 1960.

Piracuruca também é apresentada como parte de uma rede de conjuntos urbanos, que se materializou na expansão da colonização do território a partir do litoral, associada à interiorização da criação do gado baiano e pernambucano, fundado às margens da bacia do rio Parnaíba.

O discurso da modernização e industrialização pela via ferroviária é analisado como forma de integração econômica das cidades do Piauí, uma vez que o encurtamento das distâncias entre a rede de cidades é um fator de crescimento e progresso:

A inauguração da Estação Ferroviária de Piracuruca e do trecho que a ligava à cidade a Parnaíba, com aproximadamente 148 km de extensão. Posteriormente, com a construção de uma ponte metálica, ligou-se também a Piripiri e avançou em direção ao sul do Estado, chegando a Teresina em 1966 (Iphan, 2008a: 33).

Os valores históricos de Parnaíba, Oeiras e Piracuruca são sintetizados assim pela visão de conjunto urbano que comporta diversas temporalidades, destacando a presença de vários planos urbanísticos que foram se projetando ao longo do tempo a partir da modernização econômica nos sertões.

### **Atribuição de Valor Histórico aos Conjuntos Urbanos Tombados no Piauí**

Um olhar sobre o recorte temporal e espacial utilizado pela Rede de Patrimônio nos remete de imediato a proposta historiográfica do enquadramento de ritmos temporais: uma “longa duração” que remete a relação homem/meio ambiente; uma “média duração” que remete as

mudanças econômicas do capitalismo; e uma “curta duração” que remete aos eventos políticos cotidianos, conforme vemos abaixo na estruturação histórica montada pela arquiteta Anna Finger, que trabalhou diretamente nos processos de tombamentos analisados aqui:

A arqueologia visa compreender e estudar os primórdios dessa ocupação (com um trabalho já consistente relacionado a sítios como a Serra da Capivara, Pedro II e Pedra do Castelo, onde as pesquisas realizadas mudaram as teorias sobre a permanência do homem nas Américas), a cultura indígena (relacionadas às formas de construir que deixaram marcas na arquitetura piauiense, e também aos hábitos alimentares, hoje reconhecidos através da identificação dos sistemas ligados ao caju, iniciado pela cajuína), o contato com os colonizadores a partir do século XVIII, com a expansão do gado para o interior, uma política oficial de colonização desenvolvida pela Coroa Portuguesa (onde se situam os bens analisados neste momento) e a trajetória do Estado até os dias atuais (o comércio da carnaúba, a mudança da capital, entre outros) (Finger, 2010: 71).

A contextualização do território se dá pela linha histórica contínua que situa: arqueologia e os primórdios da ocupação humana; a cultura material formada pela hibridização cultural entre europeus, indígenas e africanos; atividades econômicas empreendidas no território pela intervenção humana; a formação de tradições culturais, celebrações religiosas, produtos artesanais, culinária; a paisagem do meio natural e cultural; e eventos que marcaram a política oficial da coroa portuguesa.

A utilização dessa escrita é esboçada no sentido de inserir os bens culturais do Piauí num projeto de construção de um patrimônio nacional:

[...] cabe aos interesses nacionais voltar a atenção para o Estado do Piauí, buscando o reconhecimento dos valores expressos em raízes locais e regionais que são integrantes e elucidativos de outras facetas de uma identidade brasileira, promovendo, ainda, uma revisão da historiografia nacional, pouco descritiva a respeito daquele mosaico do patrimônio histórico, artístico e arquitetônico (Iphan, 2008b: 12).

A amplitude dessa escrita dialoga com a proposta de integração patrimonial experimentada e executada pela Rede de Patrimônio Cultural do Piauí.

Vemos assim que a atribuição de valor de documento histórico utilizada pelo Iphan tem um diálogo bem próximo com as concepções historiográficas

ao longo do século XX e que perpassou a produção de história no Brasil, como aponta a nota abaixo:

[...] a valorização que foi feita dos processos históricos, como os da estrutura econômica – os famosos ciclos econômicos da cana-de-açúcar, café, etc, por exemplo, abordados pelo IPHAN com o tombamento de diversos bens –, deve ser vista como fugindo de uma visão de história mais tradicional, voltada apenas para a crônica das questões políticas, diplomáticas e militares (Castro 2009: 4).

Indo desde a adoção de uma historiografia mais “tradicional” pautada em datas, fatos e heróis pátrios até a adoção de análises das estruturas econômicas da sociedade, a noção de documento histórico vem sendo utilizada pelo IPHAN.

Para uma análise comparativa, os estudos realizados pelo arquiteto Clovis Ramiro Jucá Neto sobre o processo histórico de implantação de normativas urbanísticas das vilas cearenses de Nossa Senhora da Expectação do Icó e de Santa Cruz do Aracati apontam para os fatores importantes à implantação do traçado urbanístico:

Diante do pouco investimento tecnológico e de capital [devido à baixa capacidade de acumulação de economia da atividade pecuarista colonial se comparado com o litoral açucareiro, com a zona de mineração e o sul da Colônia. Além disso, a maior parte dos lucros da atividade pecuarista da capitania cearense era transferida para a Capitania de Pernambuco, a qual o Ceará ficou anexo até 1799], as vilas do Ceará apresentaram uma forma atípica ao idealizado no século XVIII para os demais núcleos criados no período em território brasileiro. Mesmo com as cartas régias apontando para o planejamento da vila em sua estrutura global, associando-o ao ideal de beleza setecentista – ou seja, a centralidade da praça, a regularidade dos traçados, a valorização do papel das fachadas e a adoção de modelos arquitetônicos uniformes – as condições locais transgrediram o ideal propagado pela Coroa, por um movimento de reação àquilo que ainda não lhe era próprio (Jucá Neto, 2014: 377-378).

Os condicionantes físicos do lugar (sertão semiárido) materializaram uma estrutura urbana própria, que se distancia das objetivações reguladoras e homogêneas, reconhecendo-se assim a presença de vários planos urbanísticos que foram se projetando ao longo do tempo.

Vemos assim como a escrita da história se articula com os diferentes modos de visualização e narrativas do passado. A título de esquematização destaco dois marcos históricos em relação a patrimonialização de conjuntos urbanos:

- Atribuição de valor histórico do processo civilizatório brasileiro que elencava o desenvolvimento da civilização material no Brasil; visão de conjunto arquitetônico e urbanística de forma homogênea, ou seja, por terem ficado à margem de processos de crescimento e adensamento urbano;
- Compreensão da história da urbanização e interiorização do Brasil pela interação entre ambiente urbano e território; ênfase nas diversas transformações do traçado urbano original e as diversas temporalidades arquitetônicas congruentes na paisagem urbana histórica;

Vemos assim como a identificação da instrumentalização da pesquisa histórica elaborada sobretudo por técnicos do IPHAN, em sua maioria por arquitetos e urbanistas, nos ajuda a visualizar formas de leituras articuladas e integradas em nível territorial, cuja preservação de conjuntos urbanos no estado no Piauí acaba por sacralizar e confirmar a opção por ciclos econômicos como escrita do patrimônio.

### **Considerações Finais**

Tendo em vista o que foi discutido, a patrimonialização de conjuntos urbanos abre discussões para se pensar a cidade em seus múltiplos olhares, representações e subjetividades. As cidades, e seus respectivos conjuntos urbanos, possuem grande poder expressivo, que congrega em si uma vasta rede de intercomunicações culturais. Uma das principais características dos espaços urbanos é o seu poder de síntese dialógica.

A pesquisa histórica tem sido requisitada como metodologia de investigação e produção de conhecimento sobre o patrimônio cultural de conjuntos urbanos. O campo da escrita do patrimônio analisada aqui trabalha

com diversas perspectivas, estabelecendo diálogos com as referências históricas locais.

A compreensão de que as cidades históricas do Piauí estão conectadas em rede é uma chave de leitura para compreendermos formas de escrita patrimonial, e pensar nas diferentes maneiras sob as quais esses restos materiais do passado vieram a ser tratados sob a forma de patrimônio cultural.

A proposição do estudo é lançar discussões futuras sobre o modo de operacionalizações do passado nas práticas de patrimonialização de conjuntos urbanos pelo IPHAN, e de como esta instituição lida com o desafio de considerar os vestígios do passado como um valor cultural para a nossa existência no presente se projetando para o futuro.

O que o presente modelado pelo passado nos pode lançar luz para a nossa vida enquanto ser social? Creio que enquanto participantes do processo de atuação e transformação dos lugares de memórias, devemos refletir sobre o passado não como algo externo à nossa temporalidade do presente, mas enquanto presente em nossas interações sociais, porque o passado só existe na medida em que há elementos no presente que nos permitem conhecê-lo e imaginá-lo e é com esse passado, no presente, que nós dialogamos.

A escrita do patrimônio subsidia diretamente a forma como esse passado será visibilizado, daí a importância de trabalhos que analisem as formas de escritas e utilização de estudos históricos no campo do patrimônio, alimentando assim dimensões problematizadoras e avaliadoras das práticas de patrimonialização.

### **Referências Bibliográficas**

ANDRÈS, Luiz Phelipe de Carvalho Castro. Conjunto Histórico e Paisagístico de Parnaíba (parecer: 1555-T-2008). In: REIS FILHO, Nestor Goulart (Org.); FINGER, Anna Elisa (Org.). *Pareceres do Conselho Consultivo: cidades históricas, conjuntos urbanísticos e arquitetônicos*. Brasília: IPHAN, 2011. v. 1.

CASTRO, Adler Homero Fonseca de. Parecer 06/09/Proteção/DEPAM, 21 de julho de 2009, *processo de tombamento nº 1577-T-09*. Arquivo DEPAM.

FINGER, Anna. O Tombamento do Conjunto Histórico e Paisagístico de Parnaíba como uma das Cidades do Piauí Testemunhas da Ocupação do Interior do Brasil Durante o Século XVIII. Patrimônio: *Práticas e Reflexões*. Rio de Janeiro: IPHAN, v.4, p. 69-84, 2010.

HARTOG, François. *Regimes de Historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

IPHAN. Processo nº 1602-T-10. Conjunto Histórico e Paisagístico de Oeiras Brasília: Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização. Documento Digitalizado. 2009.

\_\_\_\_\_. Processo nº 1562-T-08 - Conjunto Histórico e Paisagístico de Piracuruca. Brasília: Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização. Documento Digitalizado. 2008a.

\_\_\_\_\_. Processo nº 1554-T-08 - Conjunto Histórico e Paisagístico de Parnaíba. Brasília: Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização. Documento Digitalizado. 2008b.

\_\_\_\_\_. Ata da 59ª Reunião Ordinária do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, de 27 de novembro de 2008. [Nova numeração].

JUCÁ NETO, Clóvis Ramiro. Heranças Medievais Portuguesas no Traçado das Vilas de N. As. Da Expectação do Icó e de S. Cruz do Aracati. In.: *Cultura, Políticas e Identidades: Ceará em perspectiva*. Organização Igor de Menezes Soares; Ítala Byanca Moraes da Silva. Fortaleza: Iphan, 2014.

MOTTA, Lia. A SPHAN em Ouro Preto: uma história de conceitos e critérios. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 22, 1987, p. 108-122.

REIS FILHO, Nestor Goulart (Org.); FINGER, Anna Elisa (Org.). Pareceres do Conselho Consultivo: cidades históricas, conjuntos urbanísticos e arquitetônicos. Brasília: IPHAN, 2011. v. 1.

SANT'ANNA, Marcia. *Da Cidade-Monumento à Cidade Documento - a trajetória da norma de preservação de áreas urbanas no Brasil 1937-1990*. Oiti Editora, 2014.